

Experimentation & Dissidence

Seminar Session December 13th 2017

Sessão do Seminário de 13 de Dezembro de 2017

“Filosofia popular” e “Filosofia crítica” vs. “Filosofia escolar”:

A mudança de paradigma na filosofia alemã da segunda metade do século XVIII

Leonel Ribeiro dos Santos

2. Synopsis and an Anthology of Texts in Portuguese Translation

2. Sumário e Antologia de textos em tradução portuguesa

Sumário

1. **O mote** ou tema e seu significado filosófico: a “popularidade” ou a questão da linguagem da Filosofia.
2. **Os contextos** da sua aparição e apreciação: o da História da Filosofia (o recorrente conflito entre Filosofia e Retórica); o da *Aufklärung* alemã*; o da recepção da *Crítica da Razão Pura*. [*A filosofia alemã moderna como “Schulphilosophie”- uma filosofia de professores de filosofia; a transformação interna da filosofia escolar wolffiana alemã em Alexander Baumgarten e Georg Friedrich Meier: da “filosofia da escola” para a “sabedoria ou filosofia do mundo” (Weltweisheit, Philosophie der Welt <Philosophie für die Welt>); “conceito escolar” (Schulbegriff) técnico-profissional de Filosofia e o “conceito mundano” (*in sensu cosmico*) de uma filosofia da razão interessada e comprometida nos supremos fins práticos do ser humano]. O papel dos jornais periódicos na divulgação e popularização de assuntos filosóficos.
3. **Os atores**: Christian **Garve** (1742-1798) e Immanuel **Kant** (1724-1804]: da incompreensão ao propósito de construção de uma reconciliação (Vereinigung) filosófica. Outros projetos de “popularidade” <filosofia popular / “filosofia para o mundo” / “filosofia do mundo”> na filosofia alemã setecentista: Johann B. Basedow, Johann Jakob Engel, Karl Pölitz... Outros filósofos “populares”: Johann Georg Sulzer, Friedrich Nicolai, Moses Mendelssohn, Marcus Herz... [A extraordinária importância dos filósofos “menores” ou tidos como de “pouca importância”; a necessidade de corrigir a comum maneira de escrever a história da filosofia como uma genealogia autojustificativa, que assim omite, oculta ou destaca as figuras ou personagens segundo convém à coerência da narrativa autogenealógica; por outro lado, o valor da controvérsia e divergência <“experimentação e dissidência”> como geradoras de pensamento.]
4. **Os argumentos**: a “popularidade” declina-se de muitas maneiras: “popularidade”, “verdadeira popularidade”, “perfeita popularidade”. Kant: “sensibilização” (Versinnlichung), “clareza estética” (ästhetische Deutlichkeit), “universal comunicação / comunicabilidade” (allgemeine Mittheilung/Mittheilbarkeit). Solidariedade entre a Lógica transcendental da filosofia crítica e a Poética e a Retórica do pensamento.
5. **Os resultados**: 1) rutura com o modelo científico-matemático da filosofia e a adoção de uma estratégia retórica forense (antinomias, dialética) para tratar as questões metafísicas; 2) progressivo reconhecimento das afinidades da Filosofia com a Poiese: Filosofia - uma tarefa de ciência, ou uma “criação do génio da razão”? 3) alargamento do campo de interesses da reflexão filosófica a novos assuntos: os sentimentos e temas estéticos (belas artes, génio, imaginação), a moral, os costumes sociais e práticas quotidianas (moda), a História Natural e a Antropologia (ou Psicologia), a Geografia física-humana-e-política; a História universal da humanidade, a política, a

economia; 4) para além da “popularidade”, o manifesto desiderato de uma “abordagem estética” das questões filosóficas. Prosseguimento e síntese do debate entre Kant e Garve em Schiller (1795): a “wissenschaftliche Schreibart”, a “populäre Schreibart”, a “schöne Schreibart”.

Bibliografia:

Christoph Böhr, *Philosophie für die Welt. Die Popularphilosophie der deutschen Spätaufklärung im Zeitalter Kants*, Stuttgart-Bad Cannstatt: Fromman-Holzboog, 2003.

ANTOLOGIA DOS PRINCIPAIS TEXTOS A COMENTAR

«O filósofo que filosofa com gosto faz mais do que aquele que filosofa acerca do gosto. [Der Philosoph, der mit Geschmack philosophirt, leistet mehr, als der über den Geschmack philosophirt.]t»

I.Kant, *Vorl. ü. Anthropologie* (Collins, 1772), AA

25.1:174.

1. <1777> Uma pouco conhecida apologia kantiana da “*veritas fucata*” e da “*ilusão poética*” e até do seu uso filosófico

[...] «Há certas imagens das coisas [*rerum species*], mediante as quais a mente **joga** [*mens ludit*], mas não é por elas **iludida** [*ludificatur*], através das quais o artista não induz os incautos no erro, mas exhibe aos olhos a **verdade decorada**, vestida com a veste da aparência [*apparentiae*], a qual não ofusca a sua compleição interior, que não defrauda os ingénuos e crédulos com adorno e enganos [*praestigiis*], mas, acrescentadas as luzes dos sentidos, leva à cena a árida e seca imagem da verdade coberta com as cores dos sentidos.

Se algo há em tal imagem das coisas, pelo que vulgarmente se diz que engana [*fallere*], isso deve antes ser chamado **ilusão** [*illusio*]. A imagem que **engana** [*species quae fallit*], logo que percebida a sua vacuidade e ludíbrio [*vanitas et ludibrio*], desaparece; mas a que **ilude** [*illudens*], dado que não é senão a **verdade enquanto fenómeno** [*veritas phaenomenon*], mesmo quando é realmente descoberta, não deixa de permanecer e, ao mesmo tempo, mantém num agradável movimento o ânimo, fazendo-o como que flutuar nas fronteiras entre o erro e a verdade, e estimula-o admiravelmente, pois ele está **consciente** da sua sagacidade contra as seduções da aparência [*apparentiae seductiones*].

A imagem que **engana** [*fallit*] desagradada, a que **ilude** [*illudit*], **agrada sobremaneira** e deleita.

... As aparências das coisas, enquanto **enganam** [*fallunt*], produzem **tédio**, mas enquanto só nos **iludem** [*illudunt*] produzem prazer. E tal é a distinção que separa as vulgares falácias dos sentidos [*fallacias sensuum*] e as ilusões [*illusiones*] familiares aos poetas.... Certamente há uma certa maneira de enganar do sentido [*sensus fallendi*], graças à qual a arte poética parece levar a palma sobre todas as outras, e por isso mesmo deve ser louvada **pelo Filósofo**, pois promovendo o **império** da mente sobre o ignóbil vulgo dos sentidos, de algum modo o prepara para obedecer às leis da sabedoria.

... Exemplos poéticos, nadando embora dispersos no vasto mar [*quae tamen rara nant in gurgite vasto*]*, também o filósofo poderia acomodá-los ao seu objectivo...»

<**Rara nant in gurgite vasto* (verso da *Aeneida* de Virgílio (I,118): o sentido é: **usados parcimoniosamente.**>

Kant, *Entwurf zu einer Oponnentenrede* <1777>, *Reflex.z. Anthropologie* (AA 15.2: 906-913)

2. <1779> “Popularidade” na filosofia: uma preocupação própria e natural da filosofia kantiana, não induzida por outros, ou suscitada pela receção negativa à sua *KrV*

a. [...] «Desde há algum tempo, nos momentos de ócio, medito acerca dos princípios da popularidade [*Popularität*] nas ciências em geral (entenda-se nas que disso são capazes, pois a Matemática não o é), em especial na Filosofia, e creio a partir deste ponto de vista <da popularidade?> determinar não só uma outra seleção, mas também uma ordem completamente diferente da que é exigida segundo o correto método escolar [*schulgerechte Methode*], o qual por certo permanece sempre como fundamento.»

Kant a Markus Herz, de Janeiro de 1779 (AA 10:247)

Ver: Carta a M. Herz de 1 de maio de 1781 (AA 10:269-270): <falando da *KrV*, acabada de sair>

[...] «Esta espécie de investigação permanecerá sempre difícil, pois ela contém a metafísica da metafísica e, não obstante, eu tenho um plano em pensamentos segundo o qual ela também pode alcançar **popularidade**, o qual porém, porque o fundamento tinha de ser preparado, no começo dificilmente poderia ter sido concretizado, até que o todo desta espécie de conhecimento tivesse sido posto perante os olhos segundo todas as suas articulações; pois, de outro modo, eu teria de ter começado apenas por aquilo que expus sob o título das **Antinomias** da razão pura, o qual poderia ter resultado num discurso muito florescente que teria provocado no leitor o prazer de investigar por detrás das fontes deste conflito. Só que primeiramente a **Escola** tem de ver satisfeitos os seus direitos e só depois se pode também atender que ela viva para agradar ao **Mundo**.»

b. [...] «... Você não tem de temer uma aridez escolástica. O material é abundante e em si mesmo popular.» [... eine scholastische Trockenheit dürfen Sie nicht fürchten. Der Stoff ist reichhaltig und an sich selbst populär. »

Carta de Kant a Johann Jacob Engel, de 4 de Julho de 1779 (AA 10: 256): fala do seu ensaio sobre as “*Raças humanas*”, a ser republicado revisto e com complementos na *Philosophie für die Welt*.

3. <1781> Os direitos do leitor. “Clareza lógica” e “clareza estética”; “ponto de vista escolar” e “ponto de vista popular”.

a.

«Finalmente, no que respeita à **clareza**, o leitor tem o direito de exigir, em primeiro lugar, a **clareza discursiva** (lógica) **por conceitos**; seguidamente, também a **clareza intuitiva** (estética) **por intuições**, isto é, por exemplos e outros esclarecimentos em concreto. Cuidei suficientemente da primeira, pois dizia respeito à essência do meu projeto, mas foi também a causa accidental que me impediu de me ocupar suficientemente da outra exigência, que é justa, embora o não seja de uma maneira tão estrita como a primeira. No decurso do meu trabalho encontrei-me quase sempre indeciso sobre o modo como a esse respeito devia proceder. Os exemplos e as explicações pareciam-me sempre necessários e no primeiro esboço apresentaram-se, de facto, nos lugares adequado. Contudo, bem depressa vi a grandeza da minha tarefa e a multidão de objetos de que

tinha de me ocupar e, dando conta de que, expostos de uma forma seca e puramente escolástica, esses objetos dariam extensão suficiente à minha obra, não me pareceu conveniente torná-la ainda maior com exemplos e explicações, apenas necessários de um ponto de vista popular, tanto mais que esta obra não poida acomodar-se ao grande público e aqueles que são cultores da ciência não necessitam tanto que se lhes facilite a leitura, coisa sempre agradável, mas que, neste caso, poderia desviar-nos um pouco do nosso fim em vista. Diz com verdade o Padre Terrasson que, se avaliarmos o tamanho de um livro, não pelo número de páginas, mas pelo tempo necessário a compreendê-lo, poder-se-á afirmar de muitos livros, que *seriam muito ais pequenos se não fossem tão pequenos*. Mas se, por outro lado, for proposto como objectivo a inteligência de um vasto conjunto de conhecimentos especulativos, embora ligados a um princípio único, poder-se-ia dizer, com igual razão, que *muitos livros teriam sido muito mais claros se não quisessem ser tão claros*. De facto, os expedientes para ajudar a ser claro são úteis nos *pormenores*, embora muitas vezes distraiam de ver o conjunto, impedindo o leitor de alcançar, com suficiente rapidez, uma visão desse conjunto; com seu brilhante colorido encobrem, por assim dizer, e tornam invisível articulação ou a estrutura do sistema, que é o mais importante para se poder julgar da sua unidade e do seu valor.

Parece-me que pode ser para o leitor, coisa de não pequeno atrativo juntar o seu esforço ao do autor, se tiver a intenção de realizar inteiramente e de maneira duradoura uma obra grande e importante, de acordo com o plano que lhe é proposto... Espero aqui, do meu leitor, a paciência e a imparcialidade de um juiz... Crítica da Razão Pura A <1781>– Prefácio (KrV A xvii-xix)

b. <1783> Auto-justificação por uma legítima exigência não plenamente satisfeita

[...] «A extensão da obra <KrV>, na medida em que se baseia na ciência e não na exposição, a secura e a precisão escolástica inevitáveis daí resultantes, são qualidades que, decerto, podem favorecer muito a própria causa, mas devem, é verdade, prejudicar o livro em si. Nem todos têm o dom de escrever com tanta subtileza e, no entanto, ao mesmo tempo de modo tão atraente, como *David Hume*, ou de maneira tão sólida e elegante como *Moises Mendelssohn*; teria, sem dúvida, podido fornecer popularidade à minha exposição (como disso me lisongeio), se apenas tencionasse fazer um plano e recomendar a outros a sua execução e se não tivesse a peito o bem da ciência, que me ocupou durante tanto tempo; seria, aliás, precisa perseverança e também não pouca abnegação para pospor a atração de um acolhimento favorável mais rápido à esperança de uma aprovação certamente tardia, mas duradoira.»

Prolegómenos, Introdução.

4. <1783> Censura de Christian Garve à linguagem e estilo da KrV

a. [...] «Você convida o recenseur da sua obra na *Gazeta de Gotinga* a que se nomeie. Ora eu não posso de modo nenhum considerar como minha essa recensão na forma como ela aí está. Ficaria inconsolável se ela tivesse saído completamente da minha pena. E também não creio que qualquer outro colaborador desta *Gazeta*, se a tivesse feito sozinho, tivesse podido produzir algo tão mal articulado. Mas eu tive alguma participação nisso. E como faço questão de que um homem que eu sempre muito estimei no mínimo me tenha por um homem honrado, por muito que me considere um superficial metafísico: assim, eu saio do *Incognito*, como você num passo dos seus *Prolegómenos* o exige. Porém, para que você possa situar-se em posição de poder fazer um juízo correto, tenho de contar-lhe toda a história...

.... Não quero de todo negar que tenha acontecido em mim aquilo de que você acusa o recenseur de Gotinga, de que ele se irritou por causa das dificuldades que tinha que superar. Confesso que por vezes fiquei irritado; **porque eu acreditava que deveria ser possível, tornar mais facilmente compreensíveis àqueles que não estão completamente desacostumados de reflexão as verdades que devem produzir as reformas importantes na filosofia**. Eu admirei a grandeza da energia, que foi capaz de examinar a fundo uma tão longa cadeia de abstrações extremas, sem cansaço, sem irritação e sem se desviar do seu caminho. Eu encontrei em muitas partes do seu livro instrução e alimento para o meu espírito...

Mas esta é ainda agora a minha opinião, talvez errada: de que o todo do vosso sistema, se ele realmente deve ser útil, teria de ser expresso de modo mais popular [populärer ausgedrückt werden könne]; e que a nova linguagem, que em geral nele domina, por grande agudeza que revele também na coerência com que as expressões da mesma são usadas, frequentemente faz parecer muito maior do que realmente é a reforma empreendida da própria ciência ou o desvio dos pensamentos de outros.

Carta de Garve a Kant, 13 de Julho de 1783 (AA 10:328-333).

b. ... e resposta de Kant

[...] «O primeiro atordoamento que tinha de produzir uma quantidade de conceitos completamente novos e de uma ainda mais invulgar, embora para tal necessariamente exigida, nova linguagem há-de desaparecer. Com o tempo alguns pontos hão-de aclarar-se (para o que talvez os meus *Prolegómenos* possam contribuir com alguma coisa) ... A partir destes pontos, uma luz se projetará sobre outras passagens, para o que certamente de tempos a tempos um contributo esclarecedor da minha parte será exigido, e assim o todo será por fim captado e visto no seu conjunto, basta apenas que primeiramente se ponha a mão à obra ... Numa palavra, a máquina está já de uma vez perfeita aí, e agora é apenas necessário limar os membros da mesma ou oleá-los para eliminar a fricção que certamente provoca enquanto está parada. Também tem de peculiar esta ciência que a exposição do todo se torna necessária para retificar cada parte e, por conseguinte, para colocar aquela no lugar, e isto requer que ela seja deixada por algum tempo numa certa rudeza. Se eu tivesse querido resolver as duas tarefas, nem as minhas capacidades nem o tempo da minha vida bastaria para o fazer.

Você gosta de mencionar a falta de popularidade, como uma justificada objeção que se pode fazer ao meu escrito <Crítica da razão pura> pois na realidade cada escrito filosófico deve ser dela capaz, já que de outro modo pode presumir-se que a insensatez se oculta sob a névoa de uma aparente perspicácia. Só que em investigações que estão situadas em tal altura não se consente que se comece por esta popularidade [Allein von dieser Popularität lässt sich in Nachforschungen, die so hoch hinauf langem, nicht der Anfang machen]. Se eu conseguisse avançar apenas um pedaço de caminho expondo-as em conceitos escolares correctos [schulgerechten Begriffe] no meio de expressões bárbaras, a partir daí eu mesmo (outros, porém, serão para isso mais felizes) queria tentar o esboço do conceito popular e por certo profundo do todo, para o qual o plano já em mim trabalha.

Carta de Kant a Garve, 7 de Agosto, 1783

(AA 10:338-339)

5. <1785> Popularidade na filosofia moral: um eco da polémica com Garve?

«... aqueles que estão acostumados a vender o empírico com o racional em conformidade com o gosto do público, numa mistura segundo proporções as mais variadas e deles mesmos desconhecidas, <e> que se dão o nome de pensadores autónomos [Selbstdenker], aos outros, porém, o de ruminadores [Grübler]...

... uma Metafísica dos Costumes, apesar do título intimidante, também é passível de um alto grau de popularidade e adequação ao entendimento comum... A Metafísica dos Costumes deve investigar a ideia e os princípios de uma possível vontade *pura* e não as ações e condições do querer humano em geral, as quais são extraídas da Psicologia... Em nossos tempos... se puséssemos em votação o que deve ser preferido: se o conhecimento racional puro, separado de todo o elemento empírico, por conseguinte a Metafísica dos Costumes, ou a Filosofia prática popular, adivinha-se logo qual será o lado preponderante.

Essa condescendência a conceitos populares é, com certeza, muito louvável se ocorreu antes, realizada de maneira satisfatória, a elevação aos princípios da razão pura: e isso significaria primeiro fundar a doutrina dos costumes na Metafísica para,

em seguida, quando esta estiver estabelecida, assegurar-lhe acolhida através da popularidade. Mas é um completo disparate querer ser complacente com a popularidade já na primeira investigação, da qual depende toda a correção dos princípios. **Não só porque esse procedimento jamais pode reclamar o mérito raríssimo de uma verdadeira popularidade filosófica, uma vez que não é arte alguma fazer-se compreender do comum dos homens renunciando a todo o discernimento metuculoso, mas isso produz também uma mixórdia tediosa de observações mal-alinhavadas e princípios semi-raciocinantes, com o que se delicias as cabeças insossas, porque sempre serve para a conversa fiada de todo o dia, ao passo que as dotadas de discernimento se sentem confusas e, descontentes, não podem senão desviar os olhos ; apesar do que, os filósofos que enxergam muito bem através desses embustes pouco ouvido encontram quando conclamam a se afastar por algum tempo da pretensa popularidade, para só depois de chegar a um determinado discernimento conquistar o direito de ser popular.**

Basta considerar os ensaios sobre a moralidade nesse gosto tão apreciado para logo encontrar ora a destinação particular da natureza humana (mas, às vezes, também a ideia de uma natureza racional em geral), ora a perfeição, ora a felicidade, aqui o sentimento moral, ali o temor de Deus, um pouco disso, um pouco daquilo também, numa admirável mistura, sem que a ninguém ocorra perguntar se os princípios da moralidade também deve, ser de todo buscados no conhecimento da natureza humana (o qual, n entanto, só podemos extrair da experiência), e, se não,, - <isto é>, caso estes princípios devam ser encontrados totalmente a priori, livres de todo o elemento empírico, tão-somente em conceitos puros da razão e em nenhum outro lugar, sequer quanto à mínima parte -, <sem que a ninguém ocorra> propor-se a separar essa investigação, de preferência totalmente, enquanto Filosofia prática pura, ou enquanto Metafísica dos Costumes (se nos for permitido usar um nome tão difamado), trazendo-a por si só à sua inteira completude e pedindo ao público que exige popularidade que tenha paciência até o término desse empreendimento.

Semelhante Metafísica dos Costumes, completamente isolada, que não está mesclada com qualquer Antropologia, com qualquer Teologia, com qualquer Física ou Hiperfísica, menos ainda com qualidades ocultas (que se poderiam denominar hipofísicas), é, porém, não somente um substrato indispensável de todo o conhecimento teórico dos deveres determinado de maneira segura, mas, o mesmo tempo, um desiderato da mais alta importância para o efetivo cumprimento de seus preceitos. Pois a representação do dever e, de modo geral, da lei moral, <representação esta> pura e sem mistura com qualquer acréscimo alheio de estímulos, tem sobre o coração humano, pela via da razão apenas (que, pela primeira vez, se dá conta aqui de que ela pode ser também prática por si mesma) um influxo tão mais poderoso do que todas as outras molas propulsoras que se possam mobilizar n campo empírico, que ela, na consciência da sua dignidade, despreza as últimas e pode se tornar aos poucos senhora delas; ao passo que uma doutrina moral misturada, composta de molas propulsoras provenientes de sentimentos e inclinações e, ao mesmo tempo, de conceitos da razão, tem de deixar o ânimo vacilante entre móveis que não se deixam subordinar a qualquer princípio, os quais só muito fortuitamente podem levar ao bem, no mais das vezes, porém, também ao mal.

..... Para avançar nesta elaboração seguindo as etapas naturais, não simplesmente do ajuizamento moral comum (que é aqui digno de todo o respeito) ao ajuizamento de uma filosofia popular, que não ai além de onde consegue chegar às apalpadelas por meio de exemplos, até à Metafísica (que não se deixa mais deter por nada de empírico e, tendo de dimensionar o conjunto inteiro do conhecimento racional desse gênero, chega de todo o modo a ideias onde até mesmo os exemplos nos abandonam), temos de percorrer e apresentar distintamente a faculdade racional prática, desde as suas regras de determinação universais até ao ponto em que dela se origina o conceito de dever.»)

Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Prefácio e Segunda Seção, AA 04: 387, 391...(trad. port. de Guido A. de Almeida. São Paulo, Discurso Editorial/Barcarolla, 2009, pp.67, 83,171-177, 183)

Veja-se a retomada da mesma argumentação no ensaio de 1793: «Über den Gemeinspruch: das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis» (AA 08: 278-289) - em cuja 1ª seção Kant comenta e responde em 12 páginas a uma meia dúzia de páginas da obra de Garve, *Versuche über verschiedene Gegenstände aus der Moral und Literatur*, Erster Theil (pp.11-116), com a seguinte nota: «a contestação <Bestreitung> das minhas proposições designo-a por objecções <Einwürfe> deste digno homem <dieses würdigen Mannes> contra aquilo sobre o qual (assim o espero) ele deseja entender-se comigo <mit mir einzuverstehen> ; não por ataques <Angriffe>, os quais, enquanto asserções depreciativas<absprechende Behauptungen>, deveriam incitar à defesa <Vertheidung>: para o que nem é este o lugar, nem há em mim inclinação para tal.» Nessas páginas Kant refuta o eudaimonismo de Garve e insiste nos seus princípios de filosofia moral, num tom próximo da resposta que pela mesma época dá à acusação que Schiller fizera da sua moral como sendo mais adequada para monges cartuxos do que para seres humanos.

6. <1787> Desejável união da “profundidade e rigor escolásticos” com a “exposição luminosa”. Mas aquela deve preceder esta.

«Tive, pois, de suprimir o saber para encontrar lugar para a crença e o dogmatismo da metafísica, ou seja, o preconceito de nela se progredir, sem crítica da razão pura, é a verdadeira fonte de toda a incredulidade, que está em conflito com a moralidade e é sempre muito dogmática. ...

Apesar desta importante transformação no campo das ciências e da perda que a razão especulativa tem que sofrer no que até agora imaginava ser sua propriedade, em relação às coisas humanas e ao proveito que o mundo até agora extraiu das doutrinas da razão pura tudo se mantém no mesmo estado vantajoso em que antes se encontrava; a perda atingiu apenas o monopólio das escolas; de modo algum, porém, o interesse dos homens. ...

Esta reforma atinge apenas as pretensões arrogantes das escolas que, neste particular (como aliás legitimamente em muito outros), gostam de se considerar únicas conhecedoras e depositárias destas verdades de que apenas comunicam ao público o uso, guardando para si a chave (*quod mecum nescit solus vult scire videri*). Ao mesmo tempo houve também o cuidado de atender às pretensões mais justas do filósofo especulativo, que continua a ser depositário exclusivo de uma ciência útil ao público, sem que este o saiba, ou seja, **a crítica da razão, que nunca se poderá tornar popular, nem tão-pouco necessita sê-lo**, porquanto, se não entram na cabeça do povo argumentos subtis em apoio de verdades úteis, também nunca lhe ocorrerão objecções, igualmente subtis, contra elas; pelo contrário, dado que a Escola inevitavelmente incorre neste duplo inconveniente, assim como qualquer indivíduo que ascende à especulação, a crítica é obrigada, por um exame fundamentado dos direitos da razão especulativa, a prevenir, de uma vez para sempre, o escândalo que iriam causar, mais tarde ou mais cedo, ao próprio povo, as controvérsias em que os metafísicos (e como tais, por fim, também os teólogos) se embrenham, inevitavelmente, sem crítica e que acabam por falsear as suas próprias doutrinas. Só a crítica pode cortar pela raiz o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, a incredulidade dos espíritos fortes, o fanatismo e a superstição, que se podem tornar nocivos a todos e, por último, também o idealismo e cepticismo, que são sobretudo perigosos para as escolas e dificilmente se propagam no público. Quando os governos hajam por bem ocupar-se dos assuntos dos eruditos, muito mais conforme seria com a sua sábia providência, tanto em relação à ciência como aos homens, que fomentassem a liberdade dessa crítica, a única que permite assentar em base segura os trabalhos da razão, em vez de apoiar o ridículo despotismo das escolas, que levantam grande alarido sobre o perigo público, quando se rasgam as suas teias de aranha, das quais o público nunca teve notícia e der cuja perda, portanto, nunca sentira a falta.

A crítica não se opõe ao procedimento dogmático da razão no seu conhecimento puro (pois esta é sempre dogmática, isto é, estritamente demonstrativa, baseando-se em princípios a

priori seguros), mas sim ao dogmatismo, quer dizer, à presunção de seguir por diante apenas com um conhecimento puro por conceitos (conhecimento filosófico), apoiado em princípios, como os que a razão desde há muito aplica, sem se informar como e com direito os alcançou. O dogmatismo é, pois, o procedimento dogmático da razão sem uma crítica prévia da sua própria capacidade. Esta oposição da crítica ao dogmatismo não favorece, pois, de modo algum, a superficialidade palavrosa que toma a despropósito o nome de popularidade, nem ainda menos o cepticismo que condena, sumariamente, toda a metafísica. A crítica é antes a necessária preparação para o estabelecimento de uma metafísica sólida fundada rigorosamente como ciência, que há-de desenvolver-se de maneira necessariamente dogmática e estritamente sistemática, por conseguinte escolástica (e não popular). Exigência inevitável em metafísica, considerando que esta se compromete a realizar a sua obra totalmente a priori, portanto para completa satisfação da razão especulativa. Na execução do plano que a crítica prescreve, isto é, no futuro sistema da metafísica, teremos então de seguir o método rigoroso do célebre Wolff, o maior de todos os filósofos dogmáticos. Wolff foi o primeiro que deu o exemplo (e por esse exemplo ficou sendo o fundador do espírito de profundidade até hoje ainda não extinto na Alemanha) do modo como, pela determinação legítima dos princípios, clara definição dos conceitos, pelo rigor exigido nas demonstrações e a prevenção de saltos temerários no estabelecimento das consequências, se pode seguir o caminho seguro de uma ciência. ... Os que rejeitam o seu método e ao mesmo tempo o procedimento da crítica da razão pura não podem ter em mente outra coisa que não seja desembaraçar-se dos vínculos da ciência e transformar o trabalho em jogo, a certeza em opinião e a filosofia em filodoxia.

No que se refere a esta segunda edição não quis, como é natural, deixar passar o ensejo de obviar quanto possível às dificuldades e obscuridades que podem ter dado origem a interpretações errôneas em que caíram homens argutos ao julgar este livro, talvez em parte por minha culpa. Nas próprias proposições e suas provas nada julguei dever alterar, nem tão-pouco na forma e no conjunto do seu plano... **Somente na exposição há ainda muito a fazer...**

Observei com grata satisfação em diversas obras vindas a público ... que o espírito de profundidade não se extinguiu na Alemanha, apenas temporariamente foi abafado pela moda de uma liberdade de pensar com foros de genial e que as espinhosas sendas da crítica, que conduzem a uma ciência da razão pura, ciência escolástica, é certo, mas a esse título perdurável e por isso altamente necessária, não impediram inteligências corajosas e lúcidas de as trilhar. A esses homens de merecimento, que à profundidade da visão aliam o talento de uma exposição luminosa (que não presumo possuir), deixo o encargo de aperfeiçoar o meu trabalho, no que ele possa ser ainda, de onde em onde, deficiente; pois, neste caso, não há o perigo de ser refutado, mas o de não ser compreendido.»

Crítica da Razão Pura B <1787>– Prefácio KrV B xxx-xL.

7. <1797> Declaração de acordo fundamental com Christian Garve, quanto ao reconhecimento da exigência de popularidade na Filosofia, exceção feita da própria Crítica da Razão!

«Não posso achar melhor maneira de prevenir ou remediar a censura tão frequente de obscuridade ou mesmo de confusão deliberada nas preleções filosóficas, ostentando a aparência de uma grande profundidade, do que aceitar de bom grado aquilo que o Sr. Garve, um filósofo no sentido autêntico do termo, estabelece como dever para qualquer um, mas especialmente para o escritor em matérias filosóficas, limitando, pelo meu lado, tal exigência à condição de a observar apenas na medida em que o permita a natureza da ciência que se trata de corrigir ou ampliar.

Este homem cheio de sabedoria exige com razão (na sua obra intitulada *Vermischte Schriften*, pág. 352 e segs.) que toda a doutrina filosófica – se aquele que a professo não quiser

aparecer como suspeito de obscuridade nos seus conceitos – possa ser tornada popular (quer dizer, aproximar-se à sensibilidade o suficiente para poder comunicar-se universalmente). Aceito isso de bom grado, **exceção feita apenas para o sistema da crítica da própria faculdade da razão e para tudo aquilo que não possa ser determinado a não ser pela própria razão**: pois que a distinção no nosso conhecimento entre o sensível e o supra-sensível é matéria da competência da razão. Aquilo que é competência da razão não poderá nunca tornar-se popular, como o não pode em geral qualquer Metafísica formal, pese embora os seus resultados poderem ser tornados evidentes para uma razão sã (de um metafísico, sem o saber). Aqui não se pode pensar na sua vulgarização (linguagem popular), mas deve antes insistir-se numa precisão escolástica, mesmo que se lhe reprove a sua penosidade (uma vez que se trata de uma linguagem de escola), pois que só por este meio se pode induzir uma razão apressada a compreender-se a si própria antes de proceder a afirmações dogmáticas.

Mas se os pedantes pretendem falar ao público (da cátedra e nos escritos populares) recorrendo a termos técnicos que só são apropriados para a Escola, isto não pode ser imputado ao filósofo crítico, tal como não poderia ser imputado ao gramático a insanidade daqueles que fazem malabarismo verbais (*logodaedalus*). O ridículo só pode aqui atingir o homem, não a ciência.»

Immanuel Kant, *Metafísica dos Costumes* <1797>, Prefácio. Trad. de José Lamego, Lisboa: F.C.Gulbenkian, 2005, pp.7-8). Ver abaixo, nº 11 o ensaio de Garve a que Kant se refere.

8. <1798> Uma invulgar “Apologia da sensibilidade”: a “abordagem estética” [*ästhetisch Behandlung*] da filosofia como o modo de superar tanto o vício da superficialidade de um conhecimento meramente sensível quanto o vício da aridez de um conhecimento meramente abstrato e intelectual. Tudo aponta para uma conceção retórica de verdade < *docere, delectare movere* >, capaz de mobilizar e envolver as faculdades fundamentais do ânimo (entendimento, o sentimento, vontade). Uma conceção retórica da filosofia: *docere, delectare, movere*.

§ 8. Ao entendimento toda a gente dá mostra de respeito, como de resto a designação do mesmo como poder de conhecimento superior o indica... Mas a sensibilidade é desacreditada. Atribui-se-lhe muita coisa má: por exemplo, 1) que ela desorienta a faculdade de representação; 2) que ela tem voz de mando e enquanto **dominadora**, em vez de ser como devia a serva do entendimento, ela tem de ser dura e severamente reprimida; 3) que ela e em relação a ela nunca estamos suficientemente protegidos. Por outro lado, também não faltam os discursos de louvor, principalmente entre os poetas e pessoas de gosto, as quais não apenas apreciam altamente como mérito a **sensibilização** [*Versinnlichung*] dos conceitos do entendimento, mas também precisamente nisso e porque os conceitos não sem penoso cuidado têm de ser retalhados nas suas partes constitutivas, ela estabelece a **pregnância** [das **Prägnante**] (a riqueza de pensamento [*die Gedankenfülle*]) ou o **enfático** [das **Emphatische**] (a expressão [*den Nachdruck*]) da linguagem e o **iluminante** [**Einleuchtende**] (a clareza [*Helligkeit*] na consciência) das representações, as quais ao mesmo tempo expõem a nudez do entendimento francamente como penúria [*die Nacktheit des Verstandes aber geradezu für Dürftigkeit erklären*]. Precisamos aqui não de um panegirista, mas apenas de um advogado contra os acusadores.

O **carácter passivo** [das **Passive**] da sensibilidade, que não podemos evitar, é propriamente a causa de todo o mal que se lhe atribui. A íntima perfeição do homem consiste nisto: que ele tenha em seu poder o uso de todas as suas faculdades, para as submeter ao seu livre arbítrio. Mas para isso é exigido que o **entendimento** domine, sem, todavia, enfraquecer a sensibilidade (que em si mesma é populaça [*Pöbe*], pois ela não pensa): porque sem ela nenhum material [*Stoff*] seria dado que pudesse ser trabalhado para uso do entendimento legislador.

§ 9. **Os sentidos não perturbam** [*Die Sinne verwirren nicht.*] ... As representações sensíveis vêm certamente antes das do entendimento e apresentam-se em amontoado [in Masse]. Mas por isso tanto mais rico é o resultado, quando chega o entendimento com a sua ordenação e forma intelectual e, por ex. fornece à consciência expressões **pregnantes** para o conceito, **enfáticas** para o sentimento e representações **interessantes** para a determinação da vontade [*Aber desto reichhaltiger ist der Ertrag, wenn der Verstand mit seiner Anordnung und intellectuellen Form hinzukommt und z.B. prägnante Ausdrücke für den Begriff, emphatische für das Gefühl und interessante Vorsetellungen für die Willensbestimmung ins Bewusstsein bringt*]. A **riqueza** que os produtos do espírito exibem na retórica [*Redekunst*] e na poética [*Dichtkunst*] por certo colocam o entendimento muitas vezes em embaraço por causa do seu uso intelectual, e o entendimento incorre muitas vezes em confusão, quando quer tornar claro para si e analisar todos os atos da reflexão que nisso realmente executa, embora de modo obscuro [*obzwar im Dunkelen*]. Mas a sensibilidade não tem nenhuma culpa nisso; mas antes é mérito dela o ter dado ao entendimento um material tão rico [*reichhaltigen Stoff*], em comparação com o qual os conceitos abstratos dele são frequentemente apenas brilhantes misérias [*schimmernde Armseligkeiten*].

§ 10. **Os sentidos não mandam no entendimento** [*Die Sinne gebieten nicht über den Verstand.*] ... Os sentidos não fazem qualquer exigência e são como o povo comum [*gemeine Volk*], que, se não é populaça ([*Pöbel*] *ignobile vulgus*), de bom grado se submete ao seu senhor, o entendimento, mas por certo quer ser ouvido.

§ 11. **Os sentidos não enganam** [*Die Sinne betrügen nicht*]. Esta sentença é a refutação da mais importante mas também, se adequadamente apreciada, da mais nula acusação que se faz aos sentidos: e isso pela razão não de que eles sempre julgam corretamente, mas porque eles simplesmente não julgam; por conseguinte, o erro é sempre uma responsabilidade que cabe ao entendimento... Pelo que, no erro ocorre sempre uma falta do entendimento, não dos sentidos.

Uma queixa que os lógicos fazem contra a sensibilidade é a de que o conhecimento que por ela é promovido revela **superficialidade** [*Seichtigkeit*] (individualidade, limitação ao singular); mas em contrapartida o entendimento, que pende para o universal, precisamente por isso tem de se acomodar às abstrações, incorrendo na censura de **aridez** [*Trockenheit*]. **Porém, a abordagem estética [ästhetische Behandlung], cuja primeira exigência é a popularidade, toma um caminho que pode evitar os dois erros.»**

Antropologia numa orientação pragmática <1798> §§ 8-11

(AA 07:143-146)

9. <1800> Importa unir a “perfeição lógica” e a “perfeição estética” - a “perfeição escolástica” e a “perfeição popular” - do conhecimento filosófico: a “verdadeira popularidade”

a. Produtiva tensão <ou conflito> entre o lógico e o estético

«É na distinção aqui indicada entre os conhecimentos intuitivos e os conhecimentos discursivos, ou entre intuições e conceitos, que se funda a diferença entre a perfeição estética e a perfeição lógica do conhecimento.

Um conhecimento pode ser perfeito seja segundo as leis da sensibilidade, seja segundo as leis do entendimento; no primeiro caso, ele é esteticamente perfeito, no segundo, logicamente perfeito. A perfeição estética e a perfeição lógica são, pois, de espécies diversas: a primeira refere-se à sensibilidade, a segunda refere-se ao entendimento. A perfeição lógica do conhecimento baseia-se em sua concordância com o objeto; logo, em leis universalmente válidas e, por conseguinte, deixa-se avaliar segundo normas *a priori*. **A perfeição estética consiste na concordância do conhecimento com o sujeito e baseia-se na sensibilidade particular do ser humano. Por isso, no caso da perfeição estética, não há lugar para leis**

objetivas e universalmente válidas, relativamente às quais ela se deixaria avaliar a priori de uma maneira universalmente válida para todos os seres pensantes em geral. Na medida, porém, em que também há leis universais da sensibilidade que, muito embora não tenham validade objetivamente e para todos os seres pensantes em geral, têm, contudo, subjetivamente validade para o conjunto da humanidade: é possível também pensar uma perfeição estética que contenha o fundamento de um agrado subjetivamente universal. Tal é a beleza -aquilo que agrada aos sentidos na intuição e, exatamente por isso, pode ser o objeto de um agrado universal, porque as leis da intuição são leis universais da sensibilidade.

É por essa concordância com as leis universais da sensibilidade que se distingue, quanto à espécie, o belo propriamente dito, auto-subsistente, cuja essência consiste na mera forma, do apazível, que agrada unicamente na sensação pelo encanto ou emoção e, por essa razão, só pode ser também o fundamento de um mero agrado privado.

Essa perfeição estética essencial também é aquela que, dentre todas, é compatível com a perfeição lógica e melhor se deixa vincular a ela.

Considerada sob esse aspeto, pois, a perfeição estética relativamente ao essencialmente belo pode ser vantajosa para a perfeição lógica. Em outro ponto de vista, porém, ela também lhe é muito desvantajosa, na medida em que, no caso da perfeição estética, só olhamos para o extra-essencialmente belo, para o encantador ou comovente, que agrada aos sentidos na mera sensação e não se refere à mera forma, mas à matéria da sensibilidade. Pois o encanto e a emoção são o que mais pode estragará perfeição lógica em nossos conhecimentos e juízos.

Sem dúvida, entre a perfeição estética e a perfeição lógica de nosso conhecimento persiste sempre, a rigor, uma espécie de conflito, que não pode ser totalmente superado. O entendimento quer ser instruído; a sensibilidade, animada; o primeiro deseja discernir; a segunda, apreender. Se os conhecimentos devem instruir, eles devem ser, nesta medida mesmo, elaborados a fundo; se eles devem ao mesmo tempo entreter, então também têm que ser belos. Se uma apresentação é bela, mas superficial, ela só pode agradar à sensibilidade, mas não ao entendimento; se ela é, ao invés, elaborada a fundo, mas é árida, só pode agradar ao entendimento, mas não igualmente à sensibilidade.

No entanto, visto que a necessidade da natureza humana e o objetivo de vulgarizar o conhecimento exigem **que se procure unir as duas perfeições uma à outra**, então devemos empenhar-nos também em conferir a perfeição estética àqueles conhecimentos que são de todo passíveis dela e em tornar popular pela forma estética um conhecimento conforme às regras da escola e logicamente perfeito.... É na maior união possível [*grössten möglichen Vereinbarung*] da perfeição lógica com a perfeição estética em geral no que respeita a semelhantes conhecimentos <*in schönen Wissenschaften*> - os quais devem fazer as duas coisas, ao mesmo tempo instruir e entreter - que também se mostram efetivamente o caráter e a arte do gênio.»

I. Kant, *Lógica* <1800>, Introdução, v (AA

09:36-39)

b. O papel das Humanidades: promover a união da ciência com o gosto

«Uma parte da Filologia é constituída pelas *Humanidades*, com o que se tem em vista o conhecimento dos Antigos, conhecimento este que vem **promover a união da ciência com o gosto, polir a rudeza e favorecer a comunicabilidade e a urbanidade, que constituem aquilo em que consiste a humanidade** [*Humanität*].

[...] Quando nos empenhamos em proporcionar ao nosso conhecimento a perfeição escolástica do trabalho feito a fundo e, ao mesmo tempo, a perfeição da popularidade, sem incorrer no erro da afetação do trabalho a fundo ou da popularidade afetada, é preciso ter em vista sobretudo a perfeição escolástica do nosso conhecimento – a forma

do trabalho a fundo segundo as normas da escola. E só então convém cuidar da maneira pela qual tornaremos verdadeiramente popular o conhecimento aprendido metodicamente na escola, isto é, comunicável aos outros de uma maneira tão fácil e tão universal que a solidez do trabalho a fundo não se veja relegada pela popularidade. Pois não se deve, por causa da perfeição popular, para agradar ao povo, sacrificar a perfeição escolástica, sem a qual toda a ciência nada mais seria do que brincadeira e passatempo.

Para aprender, porém, a verdadeira popularidade é preciso ler os Antigos, por exemplo, os escritos filosóficos de *Cícero*, os poetas *Horácio*, *Virgílio* etc; entre os modernos, *Hume*, *Shaftesbury* e outros mais, todos eles homens que muito frequentaram o mundo refinado, sem o que não se consegue ser popular. Pois a verdadeira popularidade exige muito conhecimento prático do mundo e dos homens, conhecimento dos conceitos, do gosto e das inclinações dos homens, que é preciso constantemente levar em consideração na apresentação e mesmo na escolha de expressões apropriadas, convenientes à popularidade. Semelhante condescendência com a capacidade de apreensão do público e com as expressões costumeiras, que não relega a perfeição escolástica, mas cuida apenas de revestir os pensamentos de modo a não deixar ver o andaime, o que há de escolástico e de técnico nessa perfeição (assim como traçamos linhas a lápis para escrever sobre elas e depois as apagamos) – essa perfeição verdadeiramente popular do conhecimento é, de facto, uma grande e rara perfeição, que demonstra um grande discernimento do que é a ciência. Entre outros méritos, ela também tem o de poder dar uma prova do completo discernimento de uma coisa. Pois o exame meramente escolástico de um conhecimento ainda deixa a dúvida: será que esse exame não teria sido unilateral, e o conhecimento ele próprio, será que ele teria efetivamente um valor reconhecido por todos os homens? A Escola tem os seus preconceitos do mesmo modo que o senso comum. Aqui um corrige o outro. Por isso é importante submeter um conhecimento ao exame de pessoas cujo entendimento não esteja apegado a nenhuma escola.»

Kant, *Lógica*, Introdução, vi (AA 09:45-48)

c. A claridade e a exposição luminosa do pensamento

«O primeiro grau da perfeição de nosso conhecimento, quanto à qualidade, é, portanto, a sua *claridade*. Um segundo grau, ou um grau superior de claridade, é a *distinção*. Esta consiste na claridade das características. Antes de mais nada, precisamos diferenciar aqui a distinção lógica em geral da distinção estética. A distinção lógica baseia-se na claridade objetiva, a estética na claridade subjetiva das características. Aquela é uma claridade mediante conceitos, esta uma claridade mediante a intuição. A segunda espécie de distinção consiste, pois, numa mera vivacidade e compreensibilidade, quer dizer, numa mera claridade através de exemplos *in concreto*...

A distinção objetiva é, muitas vezes, causa de obscuridade subjetiva e vice-versa. Por isso, não raro a distinção lógica só é possível em prejuízo da estética e, inversamente, a distinção estética mediante exemplos e símiles, que não convêm exatamente, mas só podem ser tomados segundo uma análoga, é muitas vezes prejudicial para a distinção lógica. Acresce a isso que os exemplos também não são de modo algum característicos e não pertencem a título de partes ao conceito, mas, a título de intuições, tão-somente ao uso do conceito. Por isso, uma distinção mediante exemplos – a mera compreensibilidade – é de uma espécie inteiramente diversa da distinção mediante conceitos enquanto características. **É na união de ambas, da distinção estética ou popular com a distinção escolástica ou lógica, que consiste a claridade [*Helligkeit*]. Pois, por uma mente clara [*hellen Kopfe*] entendemos o talento de uma exposição luminosa de conhecimentos abstratos e profundos, mas adequada ao poder de compreensão do entendimento comum [*gemeinen Verstandes*].»**

I.Kant, *Lógica*, Introdução VIII (AA 09:

61-62).

10. Garve: <1769> Para a invenção da filosofia requer-se a *imaginação* e o *gênio*, e para a sua exposição exige-se o *gosto* e o *Witz*

«Para além da imaginação <dos poetas e artistas> que usa dos sentidos e do seu material para formar novas representações ..., **há também uma imaginação dos filósofos, ou pelo menos do inventor duma filosofia.** Para chegar a uma nova verdade, se esta não é o resultado em série de uma outra previamente conhecida, é impossível usar o método de raciocínios claramente pensados, mediante os quais se demonstra a verdade que se deve encontrar. Como queremos nós determinar o caminho para um objetivo que ainda não conhecemos? ... **Aqui é necessário que, primeiramente, o rápido voo do gênio sobrevoe o território desconhecido e de algum modo veja num relance o campo estranho, antes que o entendimento, que progride lentamente, possa fazer o seu caminho.** A alma tem de ter o poder de, num só olhar, contemplar toda a série, como se fosse numa intuição imediata. As ideias, que, uma vez desenvolvidas, constituem toda uma ciência, têm de ser vistas como que compactadas de modo a fazer um todo e como que unidas numa única imagem. Tal como existe um certo pressentimento mediante o qual se preveem acontecimentos futuros, sem se poder explicar todas as causas das quais eles decorrem, assim há também uma certa arte de prever mediante a qual se anteveem ideias longínquas e consequências de verdades distantes, sem se ter a consciência de todos os raciocínios mediante os quais a elas se chega. ... **Há, além disso, na filosofia, no explicar e no demonstrar, da mesma forma um certo gosto, como o há nas artes e nas obras do belo espírito... Este gosto é produzido pelo *Witz*, a que os latinos chamam sagacidade.»**

Christian GARVE <1769>, «*Versuch über die Prüfung der Fähigkeiten*», in: *Sammlung einiger Abhandlungen aus der Neuen Bibliothek der schönen Wissenschaften und freyen Künste*, Leipzig, 1779, Bd. VIII, 35 ss

11. Garve: Da popularidade do discurso filosófico

«Eu tomo a palavra **popular** num duplo sentido. Entendo por um livro popularmente escrito ora aquele que é compreensível pelo grande público e a este agrada e não apenas à parte instruída do mesmo; ora o que é destinado para as mais baixas classes do povo e é adequado à sua compreensão. As questões que aqui se devem investigar são: 1) que propriedades do modo de ensinar e do estilo se requerem para escrever um livro que seja universalmente legível e atraente, e que particularidades deve possuir um escrito para ser usável pelas classes mais baixas do povo? 2) se é um mérito ou algo digno de censura o filosofar popularmente <populär zu philosophiren>, e se o dom da popularidade é mais um talento natural ou obra do exercício e da arte? 3) finalmente, de que maneira os escritores se podem dividir quanto ao tratamento conforme à escola <schulgerechte Behandlung> ou ao <tratamento> popular - ou, por outras palavras, quais os trabalhos dos letrados <Gelehrten> que devem ser colocados numa ou noutra dessas duas formas de discurso? [...]

O escritor popular deve pois trabalhar também para as mentes preguiçosas, para as que compreendem dificilmente, ou as inconstantes; ele deve pois possuir um alto grau de clareza <Deutlichkeit> -, se possível, uma clareza de tal ordem, que torne impossível que os seus pensamentos não sejam entendidos.

Para isso, é primeira exigência um perfeito uso da linguagem... [...] E além do perfeito uso da linguagem é preciso ainda uma segunda propriedade, que comumente se encontra nas outras nações mais do que na nossa, a saber, a imaginação <Einbildungskraft>. Eu não falo ainda das imagens, com as quais se ilumina ou se embeleza o discurso <Rede>. Falo apenas do simples fluxo dos próprios conceitos... O pensamento será tanto mais leve, quando mais a imaginação for ativa. Na introdução <Herbeyführung> de novos pensamentos, na passagem de uma série de ideias para outra, esta faculdade tem sempre de colaborar. Ela é por natureza vivaz, ou é acordada pelo objeto: assim se associam conjuntamente os conceitos aparentados, uma fâsca acende a outra <ein Funke zündet den andern>. ... Mesmo a expressão própria

ocorre num vivaz movimento do espírito antes que entre o entendimento reflexionante <nachdenkende>. Somente aquele que é também algo apaixonado nas suas meditações consegue com facilidade escrever bem.

Mas talvez o que mais distingue o discurso popular sejam as imagens e os exemplos. Todas as proposições universais, ditas com palavras abstratas, se o seu conteúdo é algo conhecido, não produzem mais prazer nenhum. [...] Se ele <o filósofo> prossegue as suas meditações sem as relacionar com o mundo real, sem as considerar em relação com as experiências da vida prática ou com aquilo que todos têm diante dos olhos, então ele esforça demasiado a reflexão da maioria dos leitores e deixa as suas restantes faculdades desocupadas, ele não estimula os seus desejos de saber, mas cansa-os sem os instruir. [...] Eu penso que o escritor que expõe da melhor forma os elementos do conhecimento humano a respeito dos objetos práticos úteis, é um autor para o povo...

Devo responder agora à segunda das questões propostas: que o discurso popular aí onde ele for possível é o mais perfeito; mas que ele só é possível se as ideias a apresentar já alcançaram o seu completo desenvolvimento e quando elas e seus elementos também já foram expostas completamente. Por conseguinte, nunca pode ser popular o discurso do inventor, ou só o é raramente. Também não podem ser expostas de maneira popular as ciências que devem ser consideradas como consequentes de outras e que pressupõem o conhecimento prévio destas. - O último caso ocorre principalmente nas ciências matemáticas. E quanto mais uma ciência em si contém de matemática ou lhe é semelhante, tanto menos é suscetível de um discurso popular. [...] Eu acredito que todas as ciências se dividem entre aquelas em que só se reflete sobre as experiências e aquelas nas quais as ideias são combinadas. Às primeiras pertence propriamente a filosofia, em especial a Psicologia e a Moral. [...] Uma secção especial da Moral ou da Doutrina do Homem é compreensível a todos. Podemos compreender as considerações de um Rousseau ou de um Shaftesbury acerca das paixões e virtudes do indivíduo, sem ter estudado um sistema escolar da Moral... [...] O filósofo pode ser popular, isto é, ele pode tornar-se compreensível a todos. [...] O professor de Matemática não o pode ser, isto é, ele não pode tornar-se compreensível àqueles que não alcançaram para isso os necessários conhecimentos prévios. [...] Podemos, pois, com razão dizer que o mais alto grau de perfeição e elaboração das ideias filosóficas só pode ser alcançado se elas puderem ser comunicadas de uma maneira fácil a todos os homens de entendimento cultivado. ...

Desde há algum tempo, vários escritores da escola kantiana vêm associando uma ideia de desprezo ao nome de um **filósofo popular**. Mas eles parecem-me tanto no uso da palavra afastar-se do seu verdadeiro significado como, por outro lado, usar de um incorreto critério no seu juízo acerca da coisa. Tanto quanto eu os entendo, eles chamam **filósofos populares** aqueles que não vão até aos primeiros fundamentos do conhecimento humano e não são capazes de os ligar na forma pura de um sistema, mas antes começam a filosofar pelos livros dos outros. Eu, porém, penso que a palavra **popularidade** designa não os objetos de que se trate, mas antes o modo e a maneira como eles são tratados. [...]

Do exposto, eu extraio a conclusão de que uma investigação profunda e fundamentada pode igualmente ser tornada universalmente - e até mesmo facilmente - compreensível. Em consequência destas considerações, eu faço um apelo aos escritores: **Permita-se tanta popularidade quanta a que dependa da perfeição e correção dos conceitos e do mais perfeito uso da linguagem.»**

Christian Garve, <1793: *Schlesische Provinzialblätter*, nº17, pp. 383 ss; republicado nos *Vermischte Auffätze welche einzeln oder in Zeitschriften erschienen sind*, I. Teil, Breslau, 1796, pp.331-358. Este é o texto que Kant comenta no Prefácio à *Metafísica dos Costumes* (ver acima, nº 7)

12. Friedrich Schiller <1795>: uma feliz síntese do debate em torno da popularidade

«Existe um conhecimento científico que se baseia em conceitos claros e princípios reconhecidos, e um conhecimento popular que se fundamenta apenas em sentimentos mais ou menos desenvolvidos. O que é com frequência muito favorável ao último pode opor-se diretamente ao primeiro. [...] A faculdade da imaginação <Einbildungskraft> é mais amplamente introduzida em jogo na exposição popular <populären Vortrag>, porém sempre apenas de forma *reprodutiva* (renovando representações recebidas) e não de forma *produtiva* (demonstrando a sua força formadora própria). Os casos ou intuições singulares são calculados de modo demasiado determinado para o uso que deles deve ser feito para permitir que a faculdade da imaginação esqueça que age apenas ao serviço do entendimento. É certo que a exposição se aproxima mais da vida e do mundo dos sentidos, mas não se perde ainda nos mesmos. A apresentação permanece, portanto, ainda meramente *didática*, uma vez que para ser bela lhe faltam as duas qualidades principais, *sensibilidade na expressão e liberdade no movimento* <*Sinnlichkeit im Ausdruck und Freiheit in der Bewegung*>. - A apresentação <Darstellung> torna-se *livre* quando o entendimento determina por um lado a conexão das ideias, fazendo-o porém por outro lado com uma conformidade à lei <Gesetzmässigkeit> tão oculta que a faculdade da imaginação parece aí proceder de modo totalmente arbitrário e seguir apenas o acaso da associação temporal. A apresentação torna-se *sensível* quando oculta o geral no particular e entrega à fantasia a imagem viva (a representação *total*), onde se trata apenas do conceito (a representação parcial). ... O interesse da faculdade da imaginação consiste em mudar os seus objetos segundo o arbítrio <nach Willkür>; o interesse do entendimento consiste em combinar os seus com rigorosa necessidade. Por muito que estes dois interesses pareçam estar em conflito mútuo, existe, porém, entre ambos um ponto de união, e encontrá-lo constitui o mérito peculiar do modo belo de escrever <das eigentümliche Verdienst der schönen Schreibart>. ... Se se analisar a magia da bela dição <Zauberkeit der schönen Diktion>, sempre se achará que ela está compreendida numa dessas felizes relações entre liberdade exterior e necessidade interior. Para tal liberdade da imaginação contribui sobretudo a individualização dos objetos, bem como a *expressão imprópria* ou figurativa <der figurliche oder *uneigentliche Ausdruck*> {metáfora}, aquela para aumentar a sensibilidade, esta para a produzir quando não existe. ... Momentaneamente, ela pode esquecer o seu papel subordinado e conduzir-se como uma autocrata arbitrária, uma vez que a rigorosa conexão interna providencia de modo suficiente a que ela nunca possa escapar totalmente ao freio do entendimento. A expressão imprópria amplia ainda mais essa liberdade ao acasalar imagens completamente diferentes quanto ao conteúdo, mas que se conjugam em comum sob um conceito superior. Ora uma vez que a fantasia se apoia no conteúdo e o entendimento, pelo contrário, naquele conceito superior, desse modo a primeira dá um salto precisamente onde o último observa a mais perfeita continuidade. Os conceitos desenvolvem-se de acordo com a *lei da necessidade*, mas eles passam diante da faculdade da imaginação de acordo com a *lei da liberdade*; o pensamento permanece o mesmo, mudando apenas o *medium* que o apresenta <darstellt>. Desta maneira, o escritor eloquente <der beredte Schriftsteller> cria para si, a partir da própria anarquia, a mais esplendorosa ordem, construindo num terreno em constante mutação, na corrente sempre fluida da imaginação <Imagination>, um edifício sólido.»

(F. Schiller, «Sobre os limites necessários no uso de formas belas» <1795>, in: *Sobre a educação do ser humano numa série de cartas e outros textos*, Lisboa: INCM, 108-110; trad. de Teresa Cadete, ligeiramente modificada)

Seleção dos textos e muitos dos sublinhados (negritos) são nossos. Também o são as traduções quando não referida a respetiva autoria.

LRS/ Lisboa, 3 de Dezembro

de 2017

